



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 6/2007

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO
DE 2007: -----**

----- Aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Mira e sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a presidência do Ex.mo. sr. Presidente da Câmara, Dr. João Maria Ribeiro Reigota, estando presentes os Vereadores senhores, Dr. Luís Manuel Neves Rocha, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr^a Sandra Margarida dos Santos Pereira, Dr. João Carlos da Silva Rua, Dr. Luís Miguel dos Santos Grego e a Chefe de Secção, Olívia da Conceição Calisto Petronilho Azenha Eulálio. Presentes também os chefes da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. João Adelino Faustino de Oliveira, da Divisão de Obras Municipais, Eng.º Rui Manuel Reixa da Cruz Silva e da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística Eng.^a Paula Cristina Rodrigues de Oliveira Lourenço. Pelo sr. Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, sendo 14;30 horas, não tendo sido lida a acta da reunião anterior, por ter sido distribuído, previamente, o respectivo texto pelos senhores Vereadores, a qual foi aprovada e assinada, com a abstenção do sr. Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores Dr. Luis Rocha e Dr. João Carlos Rua, por não terem estado presentes na reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha interveio para solicitar informação relativamente ao novo horários dos serviços, uma vez que, aquando da última mudança, o assunto tinha sido tratado em reunião do Executivo, o que não tinha acontecido desta vez, pelo que pretendia saber, designadamente, se o mesmo era extensivo aos armazéns ou apenas para o pessoal dos serviços administrativos. -----

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Após a minha ausência nas últimas duas sessões aproveito para colocar três questões:---*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- *A primeira, vem no seguimento da leitura de um artigo interessante que li na Voz de Mira e permite-me questionar o que tem sido feito ou pensado fazer pelo Executivo, no sentido de regenerar o importante património que constituem as nossas Casas Florestais. -----*

----- *A título demonstrativo refiro dois exemplos de atitudes e de vontades desejáveis:-----*

----- *O primeiro vem hoje expresso no Diário de Coimbra onde se anuncia que a Câmara da Mealhada vai reconverter o espaço dos Viveiros Florestais em Parque Urbano. E, que tal objectivo só é possível devido à transferência de poderes do Governo para a Autarquia. Informa ainda a notícia que após anos de diligências junto do Governo, o processo foi, finalmente, desbloqueado, e Carlos Cabral informou ter conseguido chegar a acordo com a Direcção Geral dos Recursos Florestais, “que prescindiu dos Viveiros Florestais”, frisando o papel determinante do Governo e, sobretudo do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Floresta, Rui Nobre Gonçalves, para a solução deste processo.-----*

----- *Um segundo artigo mais antigo refere-se à Autarquia de Boticas e à compra de antigas casas Florestais. Diz a notícia que a Autarquia de Boticas aposta no Turismo de Ambiente e para que a oferta no concelho possa ser cada vez maior, adquiriu ao Ministério das Finanças onze Casas Florestais que estavam abandonadas. Com esta aquisição a Autarquia de Boticas pretende recuperar as estruturas criando uma rede de abrigos de montanha, no sentido de reforçar o Projecto “Boticas a sedução da Montanha – Aldeias e Paisagens do Barroso”.-----*

----- *Havendo esta abertura do Governo e dos respectivos Ministérios é importante criar a oportunidade de valorizar o nosso património à semelhança do que outros, como nos exemplos apresentados, nos mostram como é possível desde que se tenha capacidade negocial e vontade de intervenção. -----*

----- *A segunda questão tem a ver com o projecto de Golfe. O que tem sido feito, que estudos foram já realizados e que contactos com potenciais investidores foram já efectuados. No essencial gostaria de saber o ponto de situação do Projecto de Golfe.-----*

----- *E finalmente a terceira e última questão relativa aos projectos em curso para a Área Florestal para protecção, valorização e recuperação, em especial no que se refere à recuperação das áreas ardidas.” -----*

----- *Novamente, usou da palavra o sr. Vereador Dr. Luis Rocha que se referiu à assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado das Obras Públicas, para execução da 2ª. fase da Variante de Mira, lamentado que os vereadores da oposição não tivessem sido*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

convidados para a cerimónia. Ao mesmo tempo, lembrou que já anteriormente tinha ali sido assinado um outro protocolo, em 2005, pelo que quis ser informado se eram necessários dois protocolos para o efeito. -----

----- O sr. Presidente da Câmara, na resposta às intervenções anteriores, começou por dizer que, relativamente à mudança do horário de funcionamento dos serviços, o anterior tinha sido feito a nível experimental, para se aquilatar se daria ou não certo, se seria ou não melhor, mas tinha-se chegado à conclusão que as coisas não tinham melhorado muito, tornando-se necessário rever novamente a questão; que, quanto à necessidade do assunto ser tratado na reunião do executivo, o Chefe da D.A.F. iria fazer o devido estudo e, caso se viesse a concluir pela positiva, a legalidade seria reposta em próxima reunião. Quanto à assinatura do protocolo com a Secretaria de Estado das Obras Públicas, explicou que a visita tinha sido anunciada com apenas 24 horas de antecedência, o que tinha dificultado a respectiva organização. No entanto, disse, tinha dado instruções ao seu Gabinete de Apoio Pessoal para estabelecer contacto com todos os eleitos e as diversas associações concelhias e se os senhores vereadores da oposição não tinham recebido convite, mesmo que telefonicamente, teria que questionar o seu gabinete, designadamente o seu secretário, no entanto, se tinha havido alguma falha, certamente teria a ver com o facto de tudo ter sido organizado muito em cima da hora, lamentando que tal tivesse sucedido. Quanto ao protocolo anteriormente assinado, disse que devia haver alguma confusão porque nenhum Secretário de Estado das Obras Públicas tinha estado antes em Mira, não se recordando bem o que tinha sido assinado anteriormente, no entanto o que agora tinha sido protocolado tinha sido a adjudicação da obra e o início da mesma. -----

----- Relativamente à questão das Casas Florestais, disse que o seu abandono tinha já muitos anos, praticamente desde o “25 de Abril”, tendo sido a Câmara Municipal, ao longo dos tempos a tentar sensibilizar as entidades competentes, no sentido de ser preservado tão valioso património; que, se tem conseguido salvar algum, não tanto quanto seria desejável, mas muita coisa tem vindo a ser feita pela Câmara e também por algumas entidades, nomeadamente associações locais; que, sempre que acontece algum encontro com as entidades oficiais, como a Direcção Regional de Agricultura, o assunto está sempre em cima da mesa e mesmo quando tinha estado em Fafe, por causa do assunto dos Sapadores Florestais, ele próprio tinha tentado sensibilizar o sr. Ministro da Agricultura para uma maior intervenção na floresta, mas, lamentavelmente, nem sempre era ouvido; que, existia uma obsessão sobre o domínio do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

território, por parte do Ministério da Agricultura, no entanto, era apenas na teoria porque, na prática, acabavam por deixar esse mesmo território ao abandono e quem fazia alguma coisa, mesmo dentro das áreas sujeitas a regime florestal era a Câmara Municipal, com a ajuda das associações e pouco mais; que, ainda na manhã daquele dia, tinha andado na Praia de Mira, juntamente com o Chefe de Divisão, Eng^o. Rui Silva e o Arquitecto David, a fazer o levantamento das necessidades de intervenção, designadamente na floresta, tendo em vista a preparação da próxima época balnear, porquanto quem na verdade detinha a jurisdição pouco ou nada fazia e, mais, quando a Câmara pretendia intervir para colmatar a degradação existente, era logo questionada pelos Serviços Florestais, por ter limpo a floresta, ou por ter cortado as silvas, etc., pelo que nem sempre era fácil a negociação com a Direcção Regional da Agricultura e o problema já vinha de longe e tinha atravessado vários executivos e a preocupação dos senhores vereadores era também a sua e de todo o concelho. Disse ainda que conhecia todas as casas florestais, que sabia bem quais as que estavam recuperadas e as que estavam em ruínas e era urgente continuar a fazer-se alguma coisa, mas a Câmara Municipal não detinha a jurisdição do território e era tudo muito complicado. No tocante à questão do golfe, disse que se estava a tratar da questão da legalização dos terrenos, tendo a Divisão Administrativa estado a desempenhar uma tarefa enorme para se conseguir o registo na Conservatória, uma vez que não era intenção da Câmara Municipal fazer a hasta pública sem antes estar legalizado o registo da propriedade e nunca seria posto em hasta pública um terreno que não estivesse legalizado; que, a questão estava mais sob a alçada da Divisão Administrativa e Financeira, a qual tinha estado a desenvolver um trabalho excelente, assim como a DPGU, designadamente a sr^a. Eng^a. Paula, que muito se tem esforçado para resolver o problema. Por último, disse que aceitava o repto que lhe tinha sido lançado, mas não gostava que se comparasse a Câmara de Mira com outras Câmaras Municipais, porque todas elas obedeciam a circunstancialismos diversos e cada uma obedecia a ritmos diferentes, mais ou menos complexos e que não sabia o que se passava na Câmara de Boticas ou na Câmara da Mealhada, mas cada uma preocupava-se com os seus problemas e procurava resolvê-los. -----

----- O sr. Vereador Dr. Manuel Martins interveio para dizer que comungava inteiramente das palavras do sr. Presidente da Câmara e acrescentou que, relativamente às casas florestais, em 2004 tinha sido publicitado um anúncio em que eram citados os interessados para apresentarem contestação relativamente à propriedade, tendo a câmara feito essa contestação, não tendo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

havido mais resposta até à presente data, para além de que, já em 2000 se esperava que a Direcção-Geral do Património fizesse a cedência dessas casas ao município, estando o processo a ser estudado e inventariado de modo a ser dada forma ao conteúdo que o sr. Presidente tinha abordado.-----

----- O sr. Vereador Dr. João Rua disse que não estava nada interessado em saber o que se passava nas câmaras que tinha referenciado, apenas as tinha citado por lhe parecer evidente nas notícias que tinha referido a capacidade negocial dessas câmaras, parecendo-lhe também existir abertura por parte das entidades governamentais, designadamente, Ministério da Agricultura e até do Ministério das Finanças para avaliação de casos idênticos, pelo que, em seu entender, se existia uma janela de oportunidade a mesma não deveria ser desperdiçada, pelo que deveria ser aproveitada a oportunidade que o Governo estava a demonstrar noutras áreas e, nesse sentido, entendia que as coisas não deviam ser pensadas como sempre tinham sido, mas de uma outra forma mais agressiva, mais negociada e com propostas muito mais concretas, mais operativas, numa gestão mais voltada para resultados. Quanto à questão do golfe, disse que, embora a questão do registo dos terrenos fosse importante, não era, por si só, a única e fazer uma hasta pública sem previamente se ter resolvido as questões do enquadramento urbanístico-administrativo, de carga urbanística proposta, de acesso a infra-estruturas e sem parceiros que ofereçam algumas garantias, parecia-lhe uma má decisão, fosse de que executivo fosse e que, no meio tempo em que se procurava resolver o problema do registo da propriedade, era importante que se equacionasse a melhor forma de ter um projecto para o golfe que, a menos que tivessem havido grandes evoluções, não existia, porque o que existia era um conjunto de pressupostos do que poderá vir a acontecer, uma coisa mínima, descritiva apenas.-----

----- Ainda relativamente à vinda a Mira do sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, o sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que tinha mais algumas questões a colocar, as quais poderiam ser evitadas caso tivessem sido convidados para estar presentes na cerimónia. Assim, perguntou se a assinatura do protocolo se reportava à adjudicação da obra e se, ao mesmo tempo, tinha sido aproveitada a oportunidade para se solicitar a reparação urgente da EN109. -----

----- O sr. Presidente da Câmara respondeu que era fantástico ouvir o sr. Vereador Dr. João Rua reportar-se a uma notícia relativamente à Câmara da Mealhada e de Boticas, da qual tinha deduzido, de imediato, a enorme capacidade negocial dessas câmaras; que, não pretendia daí tirar a ilação de que a Câmara Municipal de Mira não tinha capacidade negocial, mas depois o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

sr. Vereador Dr. Luis Rocha dizia que estava a leste das questões da Variante e do que se tinha passado naquela sala, no último Sábado, quando tudo tinha sido amplamente divulgado na imprensa regional; que, o que se tinha passado, tinha sido a adjudicação da obra, tendo sido avisados com apenas 24 horas de antecedência que o sr. Secretário de Estado vinha a Mira e tinha sido dito ali naquela sala que a obra iria arrancar em Abril, com um prazo de execução de 15 meses. A finalizar, voltou a dizer que iria questionar o seu secretário, sr. Ricardo Mesquita, relativamente à questão da falta de convites aos senhores vereadores da oposição e, de novo, apresentou o seu pedido de desculpas pelo sucedido.-----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. Vereador Dr. Miguel que quis expressar duas breves notas de lamento, a primeira, um lamento público que a Câmara Municipal devia fazer sentir, para com a intervenção do sr. Presidente da AMRia na qualidade de membro da Comissão Executiva do projecto “Aveiro Digital”, no discurso de encerramento do fórum Aveiro Digital, em que anunciou a despedida de Mira da AMRia por força da nova organização dos municípios em termos de NUT’s. Disse que não concordava pelo momento em que a apresentação tinha sido feita, como também pelos argumentos que tinham sido aduzidos e, sobretudo, discordava do tom, entre o brincalhão e o jocoso que tinha sido utilizado; que, não compactuava com tal forma de “brilhar no palanque” e devia haver alguma responsabilidade. Depois, propôs que a Câmara Municipal de Mira, em momento algum votasse a saída da AMRia, porquanto era um município da ria, desde o início, integrando orgulhosamente a defesa da Ria de Aveiro , não sendo, por vezes, devidamente considerada pela Ria que não tem sabido perceber que também aqui em Mira é Ria de Aveiro; que, se alguma coisa tinha que deixar de existir, era a GAMA e não a AMRia.-----

----- A segunda nota que quis deixar referia-se ao facto de algumas notícias alarmistas vindas a público, de alguma eventual poluição no concelho de Mira e a forma como as mesmas eram aproveitadas que não dignificavam nada nem ninguém; que, lhe preocupava a forma quase irresponsável como eram veiculadas algumas notícias, porquanto, a final, o que as pessoas retinham era apenas a desgraça e os números negros, o que era lamentável.-----

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua interveio e disse que era um acérrimo defensor de que Mira devia pertencer à AMRia ou esta entidade deixaria de fazer sentido, daí que devolvesse um pedido de esclarecimento acerca do que se estava a passar, embora percebesse que toda aquela discussão tinha a ver com os planos estratégicos NUT’s III para acesso ao QREN; que,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pretendia saber o que estava a ser pensado pelo município a nível do PROT-Litoral Centro, que poderia ser um excelente instrumento para fazer vincar essa uniformidade e mesmo qual o enquadramento que Mira estaria a pensar dar a nível da NUT III, nomeadamente no seu plano estratégico para acesso ao QREN; que, quer num, quer noutro caso, a questão da Ria seria sempre uma questão central se se pensar não só numa questão de unidade geográfica e até biofísica, mas também na questão do turismo mais ligado à perspectiva ambiental, como na questão de outros projectos intermunicipais, que por acaso até já ali tinham sido apresentados, mas com muita pena sua, não tinham merecido a devida ênfase, como era o caso do projecto apresentado ao “i-Centro”, onde a perspectiva de articulação em rede lhe parecia fundamental.--

----- O sr. Vereador Dr. Luis Rocha disse que comungavam inteiramente das preocupação do executivo e, obviamente, não votariam nunca a saída de Mira da Associação de Municípios da Ria nem doutras associações, para mais no tempo em que a intermunicipalidade era a pedra de toque, pelo que as propostas que fossem apresentadas pelo executivo, na defesa dos interesse e do povo de Mira, teriam, certamente, o apoio da oposição.-----

----- O sr. Presidente da Câmara realçou o óptimo trabalho que tem sido desenvolvido pelo sr. Vereador Dr. Miguel a nível da AMRia e dos projectos a ela associados e, ao mesmo tempo, disse que a questão abordada não deveria ser levada muito a sério, embora tivesse sido proferida pelo sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, em público e até na presença do sr. Ministro Mariano Gago, uma vez que não havia nenhuma comunicação oficial sobre o assunto e entendia que se deveria aguardar mais algum tempo para ver o que iria acontecer; que o sr. Ministro tinha feito uma demorada intervenção e no final tinha passado 5 minutos a responder ao sr. Presidente da Câmara de Ílhavo, mas eram assuntos que tinham pouca importância para o que se estava a tratar ali naquele momento, sendo preferível dar algum tempo para ver se havia alguma coisa em concreto ou se se tinha tratado de um simples desabafo, já habitual, ultimamente, por parte daquele autarca. Relativamente à participação de Mira na AMRia, recordou que tinha sido no seu primeiro mandato que, depois de Mira se ter desligado daquela associação, tinha voltado a aderir e a entrar nos grandes projectos, como a SIMRia, embora os resultados não tivessem sido tão bons quanto o desejável, no entanto ainda tinham sido alguns.-----

----- O sr. Vereador Dr. Miguel Grego informou que na próxima sexta-feira iria haver uma reunião da GAMA e da AMRia e, apesar de não estar em agenda, Mira iria introduzir esse assunto, pena era que fosse na altura em que a AMRia fazia 18 anos que se desconfigurava; que,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

compreendia e todos sabiam que a AMRia não poderia fazer a contratualização de fundos comunitários, sendo necessário criar uma associação coincidente com a NUT III, porque aquilo que iria acontecer era que a GAMA teria que deixar de existir, porque não tinha lógica,; Mira não pertencia à GAMA, mas também não pertencia Anadia e depois pertenciam outros municípios que não pertenciam à NUT do Baixo Vouga, como era o caso de Oliveira de Azeméis e o caso de Vale de Cambra; que, a sua proposta, ao longo dos tempos, sempre tinha sido no sentido da AMRia ter continuidade, com a sua filosofia própria e o seu corpo técnico próprio, sendo depois criada uma associação NUT III para fazer a contratualização dos fundos comunitários, como estava a ser feito no Baixo Mondego. Continuou depois a dizer que Mira costumava ser um pouco incómoda e alguém se tinha esquecido de nomear os representantes da NUT III do Baixo Mondego para as comissões sectoriais; ou, se calhar, não se tinham esquecido por acaso e Mira tinha protestado junto da CCDR e da DGOT-DU por não ter havido nenhuma reunião para escolher o representante da NUT III e naquele mesmo dia iria haver uma reunião, em Coimbra, para efeitos dessa eleição e a Câmara Municipal de Mira tinha manifestado o seu interesse e a disponibilidade para participar em algumas dessas comissões sub-sectoriais, por saberem bem a importância que isso teria para definir o plano geral de ordenamento do território e sobretudo para se poder estar ao corrente daquilo que irá ser objecto de grandes investimentos. Por fim, disse que as candidaturas intermunicipais iriam ser uma realidade, grande parte delas para abastecimento de água e saneamento, mas não seria assim tão linear como parecia, até porque para essas infra-estruturas básicas já existiam sistemas intermunicipais, como as “Águas do Mondego”, a “SIMRia”, etc.. Por último, disse que Mira só estava a ser empurrada para fora da AMRia porque, possivelmente, estava a ser incómoda, uma vez que até há pouco tempo tudo era votado por unanimidade e isso tinha acabado, havendo um conjunto de dossiers em que não se tinha verificado o unanimismo e a aprovação por todos, sem contestação; que, Mira tinha começado a contestar e a reivindicar porque não estavam para alinhar numa guerra fratricida entre Coimbra e Aveiro, mas sim para alinhar na defesa de uma região e de um concelho; que, era bom lembrar que o Plano Intermunicipal da Ria nada referia no tocante a Mira, assim como os vários Planos de Actividades da AMRia que sempre esqueciam o braço da ria na zona de Mira e, por isso, Mira contestava sistematicamente e os planos tinham deixado de ser aprovados por unanimidade.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Vereador Dr. João Carlos Rua interveio para dizer que o PROT era uma peça chave e convinha que Mira assumisse o seu protagonismo, independentemente de Coimbra ou Aveiro. Quanto ao intermunicipalismo, disse que havia uma questão chave no QREN e outros mecanismos de apoio financeiro, que era a questão do turismo, numa vertente de maior sustentabilidade em que a ligação à AMRia seria sempre central e estratégica. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou justificar a falta da sr.ª Vereadora Dr.ª Maria de Lurdes Domingues Mesquita. -----

----- FINANÇAS MUNICIPAIS: -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 49 de 12 de Março corrente, o qual acusa um saldo orçamental de 485.625,73 € (quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco euros e setenta e três cêntimos). -----

----- A) DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: -----

----- RATIFICAÇÃO DE PRÁTICA DE ACTOS NO ÂMBITO DO N.º 3 DO ART.º 68.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA ACTUAL REDACÇÃO – CESSÃO DE CRÉDITOS DA FIRMA “VITOR ALMEIDA & FILHOS, S.A.” AO “BANCO BPI, S.A., SOCIEDADE ABERTA”, NO VALOR DE 49.926,90 €: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 73/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 09 de Março de 2007, no sentido de ser ratificado o despacho por si proferido em 28 de Fevereiro de 2007, autorizando a cessão de créditos da firma “Vitor Almeida & Filhos, S.A.”, ao “B.P.I., S.A., Sociedade Aberta.”, respeitante à factura n.º 2542, no valor de 49.926,90 € (quarenta e nove mil, novecentos e vinte e seis euros e noventa cêntimos). -----

----- COMISSÃO DE ABERTURA E DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E JÚRI DE CONCURSOS DE LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS – ALTERAÇÃO: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 74/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Março de 2007, no sentido da designação do Chefe da D.A.F., Dr. João Adelino Faustino de Oliveira para integrar a comissão de abertura de propostas e júri dos concursos de locação e aquisição de bens móveis e serviços, como 2.º vogal efectivo, com



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

efeitos reportados à data de início de funções, ou seja, 24.04.2006, bem como a ratificação dos actos entretanto praticados pelo mesmo naquele âmbito.-----

---- **ASSUNTOS DA D.A.F., NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DE TRABALHOS DA REUNIÃO, ANALISADOS E VOTADOS AO ABRIGO DA PARTE FINAL DO ARTº. 83º. DA LEI Nº. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: ---**

---- **2º. CONCURSO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS INOVADORAS DE BASE TECNOLÓGICA:-----**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 75/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 13 de Março de 2007, no sentido da disponibilização de um subsídio, destinado ao “2º. Concurso de Criação de Empresas Inovadoras de Base Tecnológica”, no montante global de 20.000,00 € (vinte mil euros), correspondente ao primeiro prémio (12.500,00 €), segundo prémio (5.000,00 €) e terceiro prémio (2.500,00 €), conforme previsto no artº. 9º. do Regulamento do referido concurso, anexo à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante. -----

---- **APROVAÇÃO DE REGULAMENTO INTERNO DO PARQUE DE CAMPISMO “VILA CAIA”:**

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 76/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 13 de Março de 2007, no sentido da aprovação, nos termos do n.º 1 do artº. 22º. Da Portaria n.º 33/97, de 17 de Setembro, alterada pelo Decreto Regulamentar n.º 14/02, de 12 de Março, do Regulamento Interno do Parque de Campismo “Vila Caia”, anexo à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante.----

----- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA: -----**

---- **TOMADA DE CONHECIMENTO DA PRÁTICA DE ACTOS, NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM MATÉRIA DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, DIVERSAS AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS, CONFORME LISTA EM ANEXO: -----**

----- Foi tomado conhecimento, para cumprimento do disposto no n.º 3, do art.º 65º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da listagem de processos de obras despachados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo da delegação de competências, no período que medeia entre a reunião de 27 de Fevereiro de 2007 e o dia 09 de Março corrente, bem como, dos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

respectivos despachos que sobre os mesmos recaíram, conforme relação anexa à presente acta e que dela fica a fazer parte integrante. -----

----- EMISSÃO DE CERTIDÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO – AUDIÊNCIA PRÉVIA:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 78/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 13 de Março de 2007, no sentido de ser promovida a audiência prévia escrita das interessadas, Glória Cândida dos Santos Inácio e Vitória Santos Lontro, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, concedendo-lhes dez dias para se pronunciarem sobre a proposta de indeferimento do pedido supra indicado e, caso as mesmas não se pronunciem no prazo referido, ser deliberado o indeferimento do pedido.-----

----- DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

----- CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR DA PISCINA MUNICIPAL DE MIRA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 79/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 09 de Março de 2007, no sentido de ser promovida a abertura de novo concurso público, com vista à “Concessão da exploração do bar da Piscina Municipal de Mira”, de acordo com o art.º 10.º do D.L. n.º 390/82, de 17 de Setembro.-----

----- CEDÊNCIA DE TERRENO NECESSÁRIO À OBRA DE “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA DE PORTOMAR”:-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 80/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 09 de Março de 2007, no sentido de serem aceites as contrapartidas apresentadas por Fernando José da Rocha Tavares, residente na Rua de Baixo, em Portomar, para cedência de terreno necessário à obra de “Requalificação do Largo da Feira de Portomar”, as quais constam da declaração assinada pelo referido proprietário, que se encontra anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante.-----

----- DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURA E DESPORTO:-----

----- JOGOS “MUNICÍPIOS SEM FRONTEIRAS – MIRA 2007”:-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 81/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Março de 2007, no sentido da aprovação da minuta do contrato a celebrar entre o Município de Mira e a empresa “Pereira de Moura, Lda.”, a qual se encontra anexa à presente acta, dela fazendo parte integrante, tendo em vista a realização dos jogos “Municípios sem Fronteiras – Mira 2007”, com um custo estimado de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros), a acrescer de IVA. -----

----- REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO “A ESCOLA QUE TEMOS...A ESCOLA QUE QUEREMOS”:

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 81/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Março de 2007, no sentido da realização do Seminário “A Escola que temos...a Escola que Queremos”, a levar a efeito na Casa Municipal da Música no próximo dia 17 de Março corrente e a realização de sessões de sensibilização para a Segurança, em todas as Escolas do 1º. Ciclo e Jardins-de-Infância do concelho. -----

----- IMPLEMENTAÇÃO DA UAC DOS MUNICÍPIOS DE CONDEIXA-A-NOVA E MIRA – TOMADA DE CONHECIMENTO: -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 83/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Março de 2007, no sentido de ser tomado conhecimento da implementação e início da actividade da UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação, através da integração da figura e do trabalho de “Gestor Urbano”, que já se encontra em trabalho directo no terreno e da realização da apresentação pública da UAC dos Municípios de Condeixa-A-Nova e Mira, a realizar no salão nobre dos Paços do Município, no dia 23 de Março corrente. -----

----- REALIZAÇÃO DA 2ª. EDIÇÃO DO “MIRA BASKET CUP”-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta n.º 84/07**, do sr. Presidente da Câmara, de 08 de Março de 2007, no sentido de ser apoiada a 2ª. edição do “Mira Basket Cup”, a realizar nos dias 2 e 3 de Abril próximo, no Pavilhão Municipal de Desportos de Mira, com a colaboração da “Sportis” (responsável pela organização técnica), em parceria com as Associações de Basquetebol de Aveiro e Coimbra, assumindo as despesas com alimentação e alojamento dos atletas, sonorização



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

do evento, impressão de t'shirts, troféus, transporte e divulgação (convites, cartazes, faixas). -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, sendo 15;30 horas, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respectiva acta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº. 4 do artº. 92º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----E, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, _____ na qualidade de secretária, redigi.-----

(*Presidente da Câmara: João Maria Ribeiro Reigota, Dr.*)

(*Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio*)